

ANC 88
 Pasta 26 a 30
 Setembro/87
 073



Lideranças partidárias vão a Ulysses para discutir fórmulas de agilizar os trabalhos da Sistematização

Constituinte tem sessão única e dois novos vices

Os líderes partidários, reunidos ontem com o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, promoveram uma destituição branca do presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, e do primeiro vice-presidente, deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), com a indicação dos senadores Jarbas Passarinho (PDS-SP) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) para os cargos de terceiro e quarto vice-presidentes. Eles serão encarregados da condução das votações. O líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ) — segundo vice-presidente — será mantido na função. Esta foi a principal decisão tomada pelas lideranças, com o objetivo de agilizar o processo de votação.



Também foram decididas a

liberação do plenário da Câmara dos Deputados, a utilização do sistema eletrônico de votação, a liberação do período da manhã para a articulação das lideranças, a elaboração de um regimento único — a partir dos regimentos da Constituinte, Sistematização, Câmara, Congresso e Senado — e a redução do número de destaques, com a coordenação dos líderes partidários.

O horário das sessões foi determinado para o período das 14h00 às 20h00, prorrogável até as 22h00 mas será implantado somente a partir de amanhã, porque as sessões de hoje — das 9h00 às 13h00 e das 15h00 às 17h00 — já estavam convocadas. Novas prorrogações não serão permitidas, para que os trabalhos dos dias seguintes não sejam prejudicados.

Destaques

O deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), que também é o segundo vice-presidente da Mesa da Sistematização, disse que a reunião era necessária para racionalizar os trabalhos de votação

na comissão. Segundo o deputado, ficou decidido que os assessores da Sistematização terão mais tempo agora, já que não haverá sessões pela manhã, para ordenarem os pedidos de destaque, o que não vinha sendo feito até então, provocando muita confusão à Mesa.

A partir de quarta-feira as lideranças vão se reunir todas as manhãs para analisarem os destaques do dia. O objetivo, segundo Brandão Monteiro, é diminuir máximo possível os pedidos de destaques já muitos são iguais. As lideranças querem reduzir em 90% os destaques apresentados à Comissão de Sistematização, que somam mais de oito mil, para agilizar a votação, que terminará até o dia 8 de outubro.

Na reunião, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) pediu que a votação na Sistematização fosse prorrogada até o dia 15 de dezembro, mas Ulysses Guimarães alegou que preferia esperar para ver se as medidas apresentadas ontem surtirão efeito.

Texto omite aborto e dá fim à censura

O projeto de Constituição não proíbe o aborto e acaba com qualquer tipo de censura. A Comissão de Sistematização tomou estas duas decisões ao iniciar a votação do Capítulo I, referente aos direitos individuais e coletivos, do Título II, dos direitos e liberdades individuais. A discussão sobre os dois assuntos levou oito horas iniciaram-se na tarde de domingo e só foram concluídas às 13h00 de ontem. Até agora, a Sistematização já votou o preâmbulo, o título I e até o parágrafo 5º do artigo 5º do título II.

A tentativa de proibir o aborto foi feita pelo deputado José Mendonça de Moraes (PMDB-MG) que pedia a modificação do artigo 5º. O texto proposto pelo deputado dizia: «A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos humanos concernentes à vida, desde a concepção até a morte natural, a integridade física e moral, a liberdade, a segurança e a propriedade».

O deputado Abigail Feitosa (PMDB-BA), e o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) pediram a rejeição da proposta, alegando que na mesma era «inflexível a proibição do aborto, inclusive para os casos já consagrados que são os de estupro ou gravidez de alto risco». O deputado Gerson Peres (PDS-PA) pediu a aprovação da proposta, alegando que não estava se tratando de aborto. A decisão da Comissão foi de 70 votos contra o texto de José Mendonça, 17 a favor e uma abstenção.

Sobre a censura, havia uma proposta do deputado José Genoíno (PT-SP) que excluía do parágrafo 5º, do artigo 5º, a expressão «excluída a que incitar a violência ou defender discriminação de qualquer natureza». Segundo o parlamentar, a manutenção dessa frase abriria caminho para a censura, indiscriminadamente, o que não seria admissível.

A defesa da proposta foi feita pelo deputado Antônio Britto (PMDB-RS). Ele lembrou que na parte referente à comunicação, está previsto o Conselho de Ética para fazer a seleção classificatória para os problemas de rádio e televisão. A proposta foi aprovada por 58 votos contra 31.

Assim ficou o texto, quanto aos direitos individuais e coletivos: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Parágrafo 1º Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Parágrafo 2º A lei punirá, como crime inafiançável, qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais.

Parágrafo 3º A lei não poderá excluir da apreciação o Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direitos.

Parágrafo 4º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Parágrafo 5º E livre manifestação de pensamento, dado o anonimato, e assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral, ou à imagem».

Aposentados obtêm apoio

O relator Bernardo Cabral comprometeu-se com os aposentados, concentrados, ontem, no Congresso Nacional, a aceitar a emenda do deputado Floriceno Paixão (PDT-RS), que determina a paridade de remuneração entre os aposentados e os trabalhadores na ativa, até 120 dias depois destes obterem algum reajustamento ou melhoria salarial.

A informação foi dada, no plenário da Câmara dos Deputados, pelo líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), no momento em que líderes e representantes de quase todos os partidos também manifestavam solidariedade aos aposentados.

«Os aposentados podem contar com as bancadas do PMDB na Constituinte» — afirmou o vice-líder Ibsen Pinheiro (RS), em nome da liderança. Lembrou que o PMDB tem «compromissos históricos» com a luta dos aposentados e será fiel a eles. Adolfo Oliveira (RJ), pela liderança do PFL, disse considerar inaceitável a alegação de que a Previdência Social não teria meios de fazer face à paridade.

Cerca de 700 aposentados invadiram ontem de manhã, o edifício do Congresso Nacional e fizeram, ali dentro, uma passeata até o auditório Petrônio Portella, empunhando faixas e cartazes e gritando refrões relativos não à «fome dos aposentados», mas também pedindo: «Fora Sarney, diretas-já».

Os aposentados começaram a chegar de ônibus, em frente do edifício do Congresso, por volta das 9h00, desceram a pé pelos jardins, aglomeraram-se em frente da entrada principal, enfrentaram alguns agentes de segurança e conseguiram entrar

Josemar Gonçalves



Rampa lotada desde as 9h00

no saguão principal, onde se realiza uma exposição de dois artistas plásticos mineiros.

O serviço de segurança do Congresso imediatamente cerrou as duas grandes portas de vidro que dão acesso aos salões carpetados, azul e verde, por onde, respectivamente, se chega aos plenários do Senado e da Câmara. Os aposentados começaram a se concentrar junto da porta que fica do lado da Câmara. Tinham à sua frente os deputados Juarez Antunes, Lyssneas Maciel e Carlos Alberto Caó, todos do PDT do Rio de Janeiro. Gritavam, pedindo que a porta fosse aberta, e exibiam cartazes, inclusive alguns da CUT.

A segurança não atendeu aos pedidos, mas os aposentados forçaram a porta e acabaram abrindo-a, e desfilaram pelos salões do lado do Senado, até o auditório Petrônio Portella, que naquele momento se encontrava quase às escuras.

PDS quer adiar

A liderança do PDS na Câmara sugeriu, ontem, que a votação e a promulgação da futura Constituição fiquem para o próximo ano, porque «ela precisa é ser bem feita, e não feita depressa».

A sugestão foi inicialmente apresentada, no plenário da Câmara, pelo vice-líder Adylson Motta (RS), e, em seguida, endossada pelo líder Amaral Netto (RJ).

Apoio a sistema

Sessenta e dois dos 84 deputados estaduais do Estado de São Paulo são favoráveis à manutenção do sistema presidencialista de Governo, segundo abaixo assinado que foi enviado ontem ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. O documento contém assinaturas de deputados de todos os partidos e, se dependesse da Assembleia Legislativa de São Paulo, o substitutivo do deputado Bernardo Cabral sugerindo o parlamentarismo seria rejeitado em plenário.

Reforma tributária

O prefeito de Belo Horizonte, Sérgio Ferrara, do PMDB, vice-presidente da Associação Brasileira de Prefeitos das Capitais, anunciou ontem a vinda de uma caravana de prefeitos a Brasília, na primeira semana de outubro, para pressionar a Constituinte a antecipar para o segundo semestre do próximo ano a reforma tributária prevista para entrar em vigor em 1989.

Ameaça sair

O governador Eptácio Cafeteira ameaçou abandonar o PMDB caso «o partido continue insistindo na tese do parlamentarismo». O governador maranhense assegurou que «seus colegas governadores adotarão a mesma atitude».